

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**Militares e civis de cor em levantes políticos na primeira metade do século XIX na
província de Pernambuco**

Clécia Maria da Silva¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo compreender a participação da população de cor comandada por militares na província de Pernambuco no movimento anticolonialistas de 1817 e “separatista” de 1824. Analisando a junção de negros e pardos sejam eles civis ou militares na tentativa de minimizar ou mesmo acabar com a desigualdade racial e ingressar nas decisões políticas imprimindo assim uma tendência mais radical nestes movimentos.

Palavras-chave: Militar, mestiços e levantes políticos.

Abstract: This project aims at understanding the participation of the black population run by the military personals in the state of Pernambuco within the anticolonial movement in 1817 and the "separatista" - (movement of separation) in 1824. Analysing the mix of black and white people, either civilian or military officials, in an attempt to decrease or even finish with the racial differences and take part in the political decisions, thus having a more radical tendency at those movements.

Keywords: Soldier, half-breed and movement politics.

Espaço geográfico e distribuição da população

Para compreender a participação da população de cor, civil ou militar, nos levantes políticos no início do oitocentos em Pernambuco, é importante analisar as condições políticas, econômicas e sociais, nas quais se encontrava a província e estabelecer um paralelo com outras como Bahia e Rio de Janeiro uma vez que apresentavam um contexto muito similar por serem importantes centros escravistas do Brasil. Tomaremos como ponto inicial a distribuição geográfica da província em áreas denominadas de: faixa litorânea, zona da mata, agreste e sertão, as quais apresentavam uma economia e uma formação populacional específica

Na descrição da faixa litorânea, o centro de estudo de referência é o núcleo urbano do Recife, formado por três bairros denominados de Recife, Santo Antônio e Boa Vista, os quais são rodeados por águas marinhas e fluviais. O primeiro deles é o bairro portuário, onde se encontrava o prédio da Alfândega, da Inspeção do Açúcar, o Mercado do Algodão. Além dos prédios comerciais, havia também muitas residências algumas chegando a ter cinco andares, duas igrejas, um forte e quase todas as ruas calçadas.

À semelhança com a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia na Bahia, o bairro do Recife continha a maior concentração de escravos, dos quais predominavam os do sexo masculino porque havia segundo Marcos Carvalho “um conjunto de atividades ali

¹ Integrante do Grupo de Estudo de História Sócio-Cultural da América Latina. Aluna do VI Curso de Especialização em História do Nordeste pela Universidade de Pernambuco – Faculdade de Formação de Professores de Nazaré da Mata

desempenhadas que, culturalmente, eram atribuídas ao gênero masculino” (CARVALHO, 1998: 53). Dentre estas predominam o trabalho na estiva, no carregamento e descarregamento de navios e balsas com produtos como açúcar, aguardente e algodão somam-se ainda os serviços de carpintaria, funilaria entre outros.

Além do serviço no cais, os escravos podiam trabalhar para seus senhores tanto em serviços domésticos quanto na rua como escravos de ganho ou de aluguel. Outra semelhança que não era bem vista por viajantes que chegaram tanto na Bahia quanto em Pernambuco no início do século XIX era a exposição em armazéns de homens, mulheres e crianças recém-chegados da África para serem vendidos como escravos.

Apesar de apresentar inúmeras atividades para ocupar o tempo do escravo, os bairros portuários podiam apresentar-se como um importante meio de informação para difundir revoluções e revoltas no Brasil ou no exterior. É como afirma Marcus Carvalho:

Os negros do Recife não precisavam de intermediários brancos para saberem o que ocorria noutros lugares. Tinham seus próprios canais de informação através dos inúmeros marinheiros negros que navegavam a costa do Brasil por mais de trezentos anos. Alguns deles estavam a venda na rua do Queimado, em 1831. Como qualquer escravo, vez por outra também fugiam, como um rapaz vindo de São Tomé, cuja fuga foi anunciada, também no final de 1831. Era capaz de falar “inglês alguma coisa”. (CARVALHO, 1999: 121)

O segundo bairro, a ilha de Santo Antônio, era tido como central porque nele localizavam-se o poder político e eclesiástico (situação compartilhada pela freguesia da Sé na Bahia), pois era aí que se encontrava o Palácio do Governador, o Convento dos Jesuítas, a Tesouraria, a Casa da Câmara, a Praça da Polé (locais de castigos públicos) e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário com uma importante irmandade de negros. Acrescentam-se também prédios cujos térreos eram constituídos de lojas, armazéns, oficinas e logo á cima as residências.

Sua população apontava uma predominância de livres em relação à população cativa e, dentre estes as mulheres apresentavam-se em maior número, uma vez que desempenhavam funções no interior das residências como cozinheiras, lavadeiras, mucamas ou no exterior destas como quitandeiras vendendo os mais variados tipos de doces e demais alimentos. Traçando outro paralelo entre Santo Antônio e a Freguesia da Sé na Bahia, em ambos os casos as famílias de ricos comerciantes e senhores de engenho, dividiam as ruas com negros cativos ou libertos.

Estes últimos povoaram principalmente o sul da ilha denominado de São José, que ligado ao Bairro de Afogados por uma pequena passagem seca constituíam ambos, os bairros mais populares. Tal condição necessita de um olhar mais cuidadoso da história social e cultural, pois eram locais de encontros festivos com batuques, clubes carnavalescos, grêmios de artesãos e terreiros onde a população de cor poderia reconstruir “seus laços culturais e religiosos esgarçados pelo desenraizamento violento que foi o tráfico atlântico de escravos” (CARVALHO, 1998: 87) e até mesmo formar uma nova identidade social.

Por identidade social compreendemos como o “que caracteriza cada indivíduo como pessoa e define o comportamento influenciado socialmente (...) para permitir a manutenção das relações sociais de dominação” (SILVA; SILVA. 2005: 203). Mas ao “tomar consciência de si é um primeiro passo para alterar, se necessário, a identidade social, como dominado” (SILVA; SILVA. 2005:203)

O terceiro bairro, o da Boa Vista, era predominantemente residencial constituído em sua maior parte de pessoas livres. Entre a população cativa havia um relativo equilíbrio entre homens e mulheres que desempenhavam mais trabalhos domésticos como as funções de mucamas, lavadeiras, tratadores de sítios e quintais. Uma característica importante deste bairro era a grande concentração de tabernas, um número aproximado de 66. Eram locais de encontro de todo tipo de gente e todo tipo de conversas e cujas autoridades procuraram proibir principalmente a entrada de cativos, pois considerava tais estabelecimentos como quilombos.

A Zona da Mata apresentava-se como ainda hoje se encontra dividida morfoclimaticamente em Mata Seca (Norte) e Mata Úmida (Sul). No início do oitocentos a primeira continha uma relativa diversificação econômica baseada na pesca, farinha, fumo, cal, coco, sal e no cultivo do algodão. Enquanto que a segunda ampliava as plantações de cana por territórios ocupados por quilombos e aldeias indígenas.

Demograficamente, a mata norte possuía uma maior densidade populacional do que a mata sul, a qual se caracterizava por ter um elevado número de libertos, uma vez que foi uma região precursora da transição do trabalho escravo para o livre contrariamente ao que acontecia com a segunda.

O agreste e o sertão são caracterizados por apresentarem a menor concentração populacional da província, era formada principalmente por índios e mestiços que se dedicavam a criação de gado, a lavoura de subsistência e ao plantio de algodão. Segundo Oliveira Lima, em nota a terceira edição da Revolução de Pernambuco em 1817 considera os habitantes destas regiões como o tipo bem nacional que freqüentemente enfrentava o maior inimigo de sua prosperidade, a seca.

Economia

Em um estudo sobre as estruturas e os comportamentos sociais em Pernambuco em 1817, Glacyra Lazzari Leite enquadra a economia pernambucana em produção agrária, para o setor de exportação e para o setor de subsistência somada ao setor de comercialização. Este último foi bastante beneficiado, principalmente após a abertura dos portos em 1808, possibilitando a Pernambuco comercializar diretamente com a Inglaterra e França. Este em comunhão com o setor de exportação possibilitou o açúcar e o algodão assumirem uma posição fundamental na exploração comercial devido a sua procura na Europa.

Paralelamente recaíam sobre os mesmos pesados tributos que se tornaram a principal queixa dos produtores pernambucanos. Dentre as cargas tributárias destacamos como exemplo a do açúcar: “uma taxa de 10 tostões por caixão de açúcar, dízimos, 60 réis por arroba de açúcar branco e 30 réis do mascavo, 80 réis por cada caixa que se embarcava e 40 réis de fecho, 1.600 réis por cada aguardente que se embarcava” (LEITE, 1988:71).

Isto contribuía para que os produtores permanecessem sempre dependentes dos monopolizadores (geralmente portugueses) pois a forma como foi desenvolvida tal atividade, não possibilitava a acumulação de capital em grande escala, uma vez que compravam mão-de-obra e tomavam financiamentos a crédito para a compra de instrumentos de trabalho. Deixando assim muitos produtores endividados com Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, a qual as vésperas da Revolução de 1817 na província de Pernambuco ainda havia proprietários endividados com a mesma apesar dela ter sido extinta em 1780.

Apesar de tal situação, o nível de exportação foi muito alto, principalmente para a cana de açúcar como demonstra a própria Glacyra:

“de 1801 a 1809, as exportações de açúcar do Brasil para Portugal mantiveram-se estáveis e em nível bastante elevado. Em 1810, 1811 e 1812 houve uma queda nessas exportações, mas já em 1813 houve uma retomada muito significativa que se manteve até 1822” (LEITE, 1988:71)

O setor de subsistência calcado no cultivo de mandioca, feijão, arroz e milho eram bastante vulneráveis, tanto por fatores climáticos como pela expansão da lavoura canavieira e algodoeira. Estes dois fatores encontram-se intrinsecamente ligados, porque as roças de gêneros de primeira necessidade estavam dentro das áreas de plantetion ou nos territórios que a margeavam, os quais não possuíam documentos legais de posse.

Então, pelo fato da produção de exportação só aumentar à medida que expande a área de cultivo, os grandes latifundiários para elevarem seus lucros muitas vezes não mediam esforços para ocupar estes territórios onde desenvolvia a agricultura de subsistência. Tal atitude fazia com que estas plantações fossem sendo afastadas do litoral e zona da mata em direção ao agreste e sertão, que como já foi dito anteriormente sofria muito com a seca.

Situação social e conflito

Passaremos agora a observar mais detalhadamente as condições sociais dos militares e dos civis para compreender a participação destes nos acontecimentos políticos do início do século XIX. O clima de insatisfação, descontentamento e revolta abrangia todas as camadas da sociedade, tais sentimentos já começavam pelo recrutamento militar, pois iniciava assim o conflito e as redes de privilégios que seriamente comprometiam a ordem social.

Na obra *Viagens ao Nordeste do Brasil*, do cronista inglês Henry Koster, que viveu em Pernambuco de 1809 a aproximadamente 1820, aparece a seguinte descrição sobre o recrutamento:

“As ordens [para o recrutamento] vieram dos capitães-mores e foram distribuídas para os capitães. As instruções continham (...), a indicação de prender as pessoas de mau alistamento [geralmente homens de 16 à 60], e nas famílias que contassem dois ou mais rapazes solteiros, um deveria ir para o serviço do País. A carta-oficial recomendava imparcialidade, ameaçando punição no caso de infração sem a necessidade mais evidente. Por algumas semanas o País apareceu devastado por uma guerra civil. Bandos armados eram vistos em todas as direções, procurando prender todos os recalcitrantes. Nenhum homem sujeito à obrigação estava a salvo em sua própria residência, porque a tropa vinha cercar as habitações onde se supunha estar refugiado o indivíduo recrutável. Pede permissão para entrar e, sendo recusado, não terá escrúpulo em penetrar, rebentando a porta, entrando à força, (...)”. (KOSTER, 2003:58)

O trecho acima exemplifica a tática impositiva utilizada pelos governadores durante fins do século XVIII e início do XIX, para convocar a população para o exercício militar. Esta prática é caracterizada por uma complexa rede de negociações, resistências e compromissos que o comprometiam, o qual era também conhecido como “tributo de sangue” (MENDES, 2004:111). Pois havia uma ampla rede de privilégios e imunidades que isentava as pessoas posse, seus criados e dependentes.

Os que ficavam à margem desta rede viam o recrutamento como uma caçada humana porque as vilas e cidades ficavam abandonadas, os recrutados se automutilavam, falsificavam documentos, arrumavam casamentos de última hora tudo para fugir do exército (situação comum tanto no Rio de Janeiro quanto na Bahia e Pernambuco). Para intensificar as insatisfações dos militares, somam-se as dissidências no interior das tropas motivadas por divergências de interesse entre as três categorias das forças armadas, pela indisciplina, por disputas generalizadas por altos postos dentro da hierarquia militar e pelos conflitos entre nacionalidade (brasileiros versus portugueses) e raça (homens brancos versus homens de cor).

A população civil queixava-se constantemente da sobrecarga de tributos cobrados que deviam ser remetidos para o Rio de Janeiro, pela injustiça que imperava na província a qual favorecia principalmente os mais abastados destacadamente nos crimes sexuais. De acordo com Manoel Correia:

“Rapazes de dinheiro, acostumados a usarem e abusarem de suas escravas, queriam fazer o mesmo em relação às mulheres e moças pobres, porém livres, e conseguiam os seus intentos graças à complacência ou a conivência de autoridades que lhes eram subservientes”.(ANDRADE, 1998: 76)

Havia um problema que provocava revolta não aos militares como também as camadas mais baixa da sociedade era falta de alimento que em parte era provocada pelas secas que ocorreram nos anos de 1816, 1824 e 1825 como também pela expansão da lavoura de cana e algodão em detrimento as de subsistência. Para solucionar o problema da falta de alimentos recorria-se a exportação dos gêneros de primeira necessidade como farinha de mandioca e carne seca, medida que não solucionava pelo contrário agravava a situação.

Pois segundo Oliveira Lima eram muitos caros e as moedas com que eram pagos aos soldados e que circulavam entre os mais pobres não eram aceitas pelos comerciantes porque eram falsificadas com muita facilidade, deixando assim a maior parte da população faminta. Estes fatores contribuíram para que militares e os demais grupos sociais se engajassem na insurreição de 1817, nas revoltas de janeiro e setembro de 1822, em fevereiro de 1823 e na Confederação do Equador.

Esses momentos foram carregados sempre de grande tensão porque os militares geralmente lideravam estas situações apoiados do que Donghi chama de “estrato social muito

baixo da sociedade colonial” (DONGHI, 1975:58), ou seja, a população livre de cor (negros e mestiços) e a população escrava.

O apoio da população escrava como também da população livre de cor (negros e mestiços) gerou uma discórdia entre os revoltosos e uma inquietação em toda a sociedade porque havia um medo visível em todo continente americano de uma radicalização dos movimentos à semelhança de Saint Domingue. Segundo João José Reis tal medo “penetrou como um pesadelo”(REIS, 2000:249) porque eles temiam que os escravos junto com a população livre de cor pegassem em armas e expulsasse do poder uma pequena elite branca e instaurasse um governo negro.

Tal pesadelo não era infundado porque tanto a população escrava quanto a de cor estavam bem mais informados do que supunham as elites políticas da província, pois recebiam informação das agitações que estavam acontecendo tanto dentro quanto fora do Brasil por meio das conversas nas ruas, nos quartéis, nas tabernas e através de marinheiros negros que navegavam a costa do Brasil. Por isso foi possível encontrar na província os seguintes versos:

“Qual eu imito a Cristóvão
Esse Imortal Haitiano
Eia! Imitai ao seu povo
Oh meu povo soberano!”(REIS, 200: 249)

“Marinheiros e caiados
Todos devem acabar,
Porque só pardos e pretos
O país hão de habitar,” (SOBRINHO, 1998: 91)

O primeiro verso foi proclamado durante a Confederação do Equador em 1824 pelo Major do batalhão dos homens pardos Emiliano Felipe Benício Munducuru aos seus soldados antes de ir atacar o bairro comercial do Recife. O segundo era uma canção entoada pelas tropas negras durante a sedição feita em 1823 pelo capitão Pedro Pedroso.

Pedro da Silva Pedroso

Como exemplo deste apoio da população a um militar, tomamos como referência o capitão pardo Pedro Pedroso, que chegou a tornar-se Governador das Armas. Este militar tinha um grande prestígio entre a população pobre, composta em sua maior parte por pessoas de cor, ele também adquiriu prestígio com a elite provinciana, tanto a revolucionária quanto a

realista, pois ele participou dos principais acontecimentos da revolução de 1817 fazendo cair morto Alexandre Tomás (o ajudante de ordens do governador Caetano Pinto de Miranda), soltou da cadeia os líderes que haviam sido presos quando estourou o movimento como Domingos José Martins, se destacou na tomada do Erário. Na repressão, foi preso e enviado para os cárceres baianos, mas não recebeu em 1822 da corte portuguesa a anistia, pois foi enviado para Lisboa e condenado ao degredo na Ásia.

Pedroso conseguiu livrar-se desta condenação por meio da atuação do deputado pernambucano João Ferreira da Silva que implorou pelo perdão dele. Retornando a Pernambuco passou a apoiar o grupo que era simpático ao governo do Rio de Janeiro e ajudou a deposição da Junta lidera por Gervásio Pires. Tal atitude foi justificada por ter sido ele humilhado quando foi convidado a comandar companhia de artilharia, cargo considerado pelo mesmo como inferior.

Após a queda desta Junta seguiu-se a denominada Junta dos Matutos constituída em sua maior parte por proprietários rurais. Nela Pedroso foi nomeado Governador das Armas, cargo até então assumido por portugueses, função desempenhada pela violência executando prisioneiros e desertores sem condenação, que de acordo com Socorro Ferraz ele seria uma versão brasileira de Robespierre.

A junta, condenando as atitudes de seu governador, pressiona-o a sair do governo fazendo-o assinar o pedido de demissão. Mas retorna em poucos dias com o apoio do povo que via sua violência como uma espécie de vingança contra a discriminação racial e social existente na ordem social da Província de Pernambuco.

A partir daí, diariamente o povo tomava às ruas insintando as tropas enfrentarem os brancos. Era possível ver nas festas religiosas Pedroso rodeado de pessoas de cor, segundo Luiz Geraldo Silva, em seu artigo, Negros Patriotas, Pedroso parecia um hábil manipulador de identidades políticas e também de identidades raciais, visto que em certos momentos embranquecia e em outros se tornava homem de cor para obter o apoio da população negra e mestiça.

Em 1824, comanda um batalhão para reprimir a Confederação do Equador e em 1834 no Rio de Janeiro defende que o primeiro grito de independência foi dado em por ele mesmo Recife antes mesmo de José Bonifácio.

Referências bibliográficas:

- ANDRADE, Manoel Correia. **Movimentos nativistas em Pernambuco: setembrizada e novembrada**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1998.
- BARRETO, Célia de Barros. **O Brasil monárquico, tomo II: o processo de emancipação**. 9ªed. – Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.
- CARVALHO, Marcus. J. M. de. **Liberdade rotinas e rupturas no escravismo do Recife, 1822-1850**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.
- CARVALHO, Marcus. J. M. de. **O encontro da “soldadesca desenfreada” com os “cidadãos de cor mais levianos” no Recife em 1831**; In CLIO, **Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco**. N 18. Recife, UFPE, 1999, p. 129.
- DONGHI, Túlio Halperin. **História da América Latina**. 3ªedição Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais**. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1988 p. 71.
- MENDES, Fábio Faria. **Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX** In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova, história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- REIS, João José. “Nos achamos em campo a tratar da liberdade”: resistência negra no Brasil oitocentista. In MOTA, Carlos Guilherme (org). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. 2ª ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.
- SOBRINHO, Barbos Lima. **Pernambuco da independência à confederação do Equador**. 2ª ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1998.

Fonte impressa:

- KOSTER, Hery. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução, prefácio e comentário de Luís da Câmara Cascudo. 12ª ed. Rio - São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2003.